



7º Encontro Internacional de Política Social
14º Encontro Nacional de Política Social
Contrarreformas ou Revolução:
respostas ao capitalismo em crise
Vitória (ES, Brasil), 03- a 06 de junho de 2019

Eixo: 10 - Análise, avaliação e financiamento das políticas públicas

Os impactos do Programa Vida Nova na vida dos usuários

Resumo

O presente artigo apresenta uma avaliação de impactos do Programa Vida Nova no Estado de Pernambuco no período de 2007 a 2014, durante a gestão de Eduardo Campos. Compreendendo o programa como uma resposta pública de enfrentamento a uma expressão direta da Questão Social, a população em situação de rua, o artigo tem por objetivo analisar os impactos do programa na condição de vida dos seus usuários. Para isso, foram realizadas entrevistas com os usuários, autorizadas previamente pelo Comitê de Ética. O artigo está dividido em introdução, contexto de Pernambuco, caracterização do programa, avaliação de impactos e as considerações finais. Espera-se que o artigo contribua com o campo da avaliação, apresentando a importância dos programas sociais na vida de seus usuários.

Palavras-chave: Programa Vida Nova; Questão Social; Avaliação de impactos; Pernambuco.

The impacts of the Vida Nova Program on users lives

Abstract

This article presents an evaluation of the impacts of the Vida Nova Program in the State of Pernambuco from 2007 to 2014, during the management of Eduardo Campos. Understanding the program as a public response to address a direct expression of the Social Question, the street population, the article aims to analyze the impacts of the program on the condition of life of its users. For this, interviews with the users, previously authorized by the Ethics Committee, were carried out. The article is divided in introduction, Pernambuco context, program characterization, impact assessment and the final considerations. It is hoped that the article will contribute to the field of evaluation, presenting the importance of social programs in the lives of its users.

Keywords: Vida Nova Program; Social issues; Impact evaluation; Pernambuco.

1. Introdução

O presente trabalho tem por objetivo realizar uma avaliação dos impactos sociais, econômicos e políticos do Programa Vida Nova – Pernambuco Acolhendo a População em Situação de Risco e Rua, desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, durante as gestões do então governador Eduardo Campos no Estado de Pernambuco, que corresponde ao período de 2007 a 2014.

Nesse artigo, a avaliação dirige-se a um programa social que se materializa como uma iniciativa pública, destinado ao enfrentamento de uma das expressões da Questão Social, sendo esta apreendida por Arcoverde (2008, p. 109) como a “síntese reflexiva do aprofundamento das desigualdades sociais, acumuladas e manifestas nas mais variadas formas de pobreza, miséria, desemprego e exclusão social”.

A problemática elaborada relaciona o potencial do Programa Vida Nova no Estado de Pernambuco, construído na particularidade da relação Estado e sociedade civil pernambucana, sob a gestão do Partido Socialista Brasileiro, marcada pela relação entre capital e trabalho no capitalismo tardio contemporâneo, com as modalidades de respostas àquelas manifestações então tensionadas, para garantir o acesso aos direitos sociais de forma universal, e provocar impactos em várias dimensões na vida dos seus usuários, entendendo esses impactos como acréscimos e/ou melhorias de bem-estar.

Sendo a avaliação de impactos rara e até mesmo inexistente no Estado de Pernambuco, faz-se fundamental desvendar as mudanças que um programa social pernambucano – o Vida Nova – provocou nas condições de vida dos seus usuários, a fim de avaliar o grau de sucesso ou de fracasso das políticas desenvolvidas pelo Estado. Chaves (2014, p. 91) afirma que os estudos de avaliação “são sempre pesquisas aplicadas, cujos resultados auxiliam gestores e formuladores das políticas sociais a planejar e tomar decisões para o aprimoramento dos programas”. A autora enfatiza, ainda, que para além do aspecto processual dos programas e de seus resultados, a avaliação enquanto estratégia de gestão deve se debruçar sobre a relevância e os impactos por eles produzidos.

O estudo dos impactos dos programas sociais públicos proporciona o decifrar em meio às contradições refletidas nas expressões da Questão Social – desemprego, pobreza e desigualdade social – o modelo de desenvolvimento econômico adotado em relação à realidade social da população pernambucana, seu potencial de mudança e a lógica de estruturação, processamento e direção dos programas sociais públicos materializadas pelo Estado em ação (ARCOVERDE, 2015). Essa modalidade de avaliação, no geral, refere-se a uma identificação de consequências, sejam elas positivas ou negativas, decorrente de ações de programas ou projetos em determinada população alvo, podendo essas consequências serem apresentadas sob diferentes dimensões: econômica, política e social.

As atividades de investigação e coleta de dados se fizeram inicialmente por procedimentos metodológicos de natureza exploratória, quantitativa e qualitativa, dos conteúdos incluídos em documentos oficiais, leis, decretos, relatórios técnicos, que foram adquiridos tanto nos sites oficiais do governo, como nas entrevistas realizadas quando das visitas feitas às instituições responsáveis. Foram realizadas leituras e análise documental para abstrair a historicidade, âmbito de atuação, secretarias que estão articuladas e legislações que regulamentam os programas e, conseqüentemente, a construção de uma narrativa de caracterização do Programa Vida Nova.

Por se tratar de uma pesquisa avaliativa, faz-se necessário explicitar alguns procedimentos teórico-metodológicos a serem utilizados. Inicialmente, destaca-se que os processos avaliativos são permeados por um arcabouço rico e heterogêneo de métodos, abordagens e técnicas, sendo fundamentados por diversas perspectivas teórico-metodológicas, a partir das quais tem como finalidade explicitar como se dá a formulação, implementação e execução das políticas públicas, além de analisar os resultados e impactos gerados pelas mesmas.

Além disso, é fundamental compreender a realidade que circunda a manutenção dos programas sociais a serem estudados, a fim de entender suas relações com o Estado e a sociedade civil, principalmente porque o “momento de implementação dos programas sociais ocupa lugar central nos processos avaliativos de ferramenta da gestão pública” (SILVA, 2014, s.p.).

Com isso, a presente pesquisa avaliativa pode ser caracterizada como “ex-post” quanto ao momento em que se realiza, sendo, portanto, realizada após a execução da ação, na intenção de avaliar a continuidade ou não desta, e a manutenção ou alteração no seu formato (ARCOVERDE, 2015). Além disso, em relação as suas funções, a pesquisa pode ser concebida como somativa, já que objetiva subsidiar as decisões quanto a continuidade da ação ou os estudos comparativos com alternativas desenvolvidas, sendo realizada após a finalização das ações a serem avaliadas. Por fim, quanto a quem realiza, trata-se de uma pesquisa externa, sendo feita por agentes externos da instituição que responde a ação a ser avaliada (ARCOVERDE, 2015).

Como supracitado anteriormente, o presente artigo tem como objetivo avaliar os impactos do Programa Vida Nova (PVN) na vida de seus usuários. Para a realização desse processo, será realizada uma avaliação de impactos, que tem como critério a efetividade e se propõe a aferir, em termos qualitativos e quantitativos, os efeitos e os impactos produzidos pela ação estatal sobre as condições de vida de uma população (ARCOVERDE, 2015). Os efeitos são aqui entendidos como “todo comportamento ou acontecimento que sofreu influência de algum aspecto do programa” (SILVA, 2000, p. 74-75). Já os impactos podem ser compreendidos como o resultado direto dos efeitos da ação, podendo ser tanto físico quanto subjetivo (ARCOVERDE, 2015).

Após a fase versada em leituras bibliográficas, deu-se início ao processo de agendamento de visitas a instituição do Programa. Foram realizadas, inicialmente, duas visitas junto a coordenação do PVN e a coordenação do Centro da Juventude (sede do programa atualmente) que fica localizado na Av. Norte Miguel Arraes de Alencar – n.

869, Santo Amaro, Recife, Pernambuco, na intenção de obter informações mais aprofundadas, além de procurar absorver o olhar institucional sobre o Vida Nova. Após essas duas reuniões, foram realizadas ainda, uma terceira visita ao Centro da Juventude, a fim de apresentar a pesquisadora responsável a rotina das atividades do programa, bem como na expansão sobre o entendimento da realidade social apresentada, para uma melhor estruturação do corpo da entrevista, além de propor a aproximação da mesma com os usuários a serem entrevistados. Por fim, o processo de entrevistas com os usuários se deu em sete encontros, no qual todas as entrevistas foram previamente autorizadas pelos próprios usuários mediante um termo de consentimento previsto e autorizado pelo Comitê de Ética, mediante parecer número 2.757.024 e de CAAE 89780618.0.0000.5208 aprovados no dia 05 de julho de 2018.

2. Avaliação de impactos

Para Arcoverde (2015, s.p.), a avaliação precisa ser percebida “como instrumento eficaz para controle social das políticas sociais enquanto geradoras de impacto visível e mensurável, modificando as condições de vida de um grupo ou população”. A autora conclui, ainda, que avaliação implica em redimensionar o grau de sucesso ou de fracasso das instituições estatais na área social. Afinal, os produtos gerados pelas políticas e pelos programas indicam, direta ou indiretamente, as diretivas e os indicadores das gestões do governo, e sempre provocam resultados, produtos e, ou mudanças. É válido ressaltar que a avaliação de políticas é entendida no presente projeto de pesquisa como um campo teórico-metodológico que tem por atividades a produção de conhecimento sobre a realidade social, tratando-se, portanto, de uma pesquisa avaliativa (ARCOVERDE, 2015, s.p.)

É necessário acrescentar que a avaliação cumpre, ainda, outra função importante que é a produção de conhecimento tanto para os setores políticos, quanto para a sociedade civil, na qual faz-se compreender com a fala de Barreira (2000, p. 17), para quem a “avaliação é também compreendida como uma ação que produz conhecimento, ainda que seja mais reconhecida a importância da avaliação como modo de julgar processos ou ações”. Silva (2008, p. 111) destaca que a avaliação pode ser utilizada pelos segmentos sociais como um instrumento de “fortalecimento da pressão social sobre o Estado no sentido de conquista de direitos sociais, haja vista as informações que a avaliação pode gerar e publicizar sobre políticas e programas sociais.”

Dentre as inúmeras variações quanto ao tipo de avaliação, a presente pesquisa remete-se a avaliação de impactos. O campo da avaliação, como supracitado, é um campo recente da pesquisa social, mas que vem ganhando corpo e recebendo atenção tanto das instituições públicas quanto da sociedade civil. Contudo, as bases teóricas e as pesquisas realizadas sobre a avaliação de impactos, especificamente, ainda são pouco exploradas pelos pesquisadores, contando com um arcabouço teórico germinal, até o presente momento. Segundo Roche (2002, p. 36) “o impacto expressa mudanças efetivas e/ou significativas na vida das pessoas em decorrência de determinada intervenção”. Assim sendo, a avaliação de impactos é a “análise sistemática das mudanças duradouras e significativas – positivas ou negativas – nas vidas das pessoas e ocasionadas por determinada ação ou série de ações” (ROCHE, 2002, p. 37).

Destaca-se que os impactos observados durante o processo avaliativo, não podem ser atribuídos unicamente a intervenção estudada, visto que não se pode apreender a totalidade da realidade em curso. Portanto, faz-se necessário analisar e computar na avaliação, o contexto político-econômico, social e histórico da realidade, bem como o processo de disputa por poder presente nessa realidade. Nesse sentido, compreende-se que “o desenvolvimento e a mudança nunca são o produto isolado de um processo posto em prática” (ROCHE, 2002, p. 42), sendo necessário apreender as circunstâncias da realidade social e combiná-las as ações realizadas pelos programas sociais, a fim de compreender as reais mudanças provocadas nos usuários.

3. Contextualização do Estado de Pernambuco (2007-2014)

3.1 Determinantes políticos

Durante o período colonial da história de Pernambuco o poder do estado e até mesmo o controle da sociedade em geral, se encontrava nas mãos dos denominados coronéis, herdeiros de famílias tradicionais patriarcais do Estado. Segundo Faoro (2012, s.p.) “o coronel, economicamente autônomo, formará o primeiro degrau da estrutura política [...] A passagem do regime imperial ao republicano irá acentuar e exacerbar a função eleitoral do coronel. Tirar-lhe-á as albardas centrais, não para autonomizá-lo, mas para entregá-lo aos poderes estaduais. ”. Essa herança cultural patriarcalista enraizou-se na história da sociedade e exerce, até os dias de hoje, uma forte influência principalmente política nas relações sociais e, ou de classes ou estamentos que conformam a sociedade pernambucana. O que se percebe é que essas famílias tradicionais patriarcais acabam por

se congregam através dos matrimônios e culminam na criação de uma dominação consentida e difícil de ser superada.

Um exemplo próximo ao presente trabalho de uma recente, mas duradoura, hegemonia política é a da família Campos/Arraes que representada inicialmente por Miguel Arraes conquistou três vezes o mandato de governador do estado de Pernambuco. Após sua morte, Arraes conseguiu deixar um influente herdeiro político, seu neto Eduardo Campos que prosperou por duas gestões no governo de Pernambuco.

Eduardo Henrique Accioly Campos, após uma meteórica ascensão política, assumiu em 2005 a presidência do Partido Socialista Brasileiro. No ano de 2006, Eduardo abdicou da presidência do partido para se candidatar a governador do estado de Pernambuco, onde foi eleito, no segundo turno, com mais de 60% dos votos. Com seu governo “dito” popular e bem avaliado, foi reeleito como o governador mais votado do país, obtendo cerca de 80% dos votos válidos.

Eduardo Campos ocupou o cargo de governador do estado num período de sete anos (2007-2014) e devido, principalmente, a seu cargo como ministro no governo Lula, conseguiu firmar alianças estratégicas que facilitaram seu plano de desenvolvimento no estado de Pernambuco. Em sua primeira gestão (2007-2010) construiu e apresentou seu Programa de Governo, o da Frente Popular de Pernambuco que tinha como proposta uma mudança/ alteração no estilo de desenvolvimento, então utilizado no estado (caracterizado pelo fraco desenvolvimento no setor econômico), a fim de alavancar o crescimento econômico, melhorar os indicadores sociais e “superar as mazelas do passado”. O relatório do Programa afirmava em uníssono que “nossos problemas mais graves estão ligados às péssimas condições de vida da maior parte da nossa população” e com isso, o plano propôs como prioridade realizar a ampliação do bem-estar dos cidadãos pernambucanos.

Segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco - TRE-, o partido liderado pelo governador - o PSB - se tornou na última década um partido hegemônico no estado de Pernambuco, onde o número de prefeituras da sigla quintuplicou no período de 2004 a 2016. Nas eleições federais, a sigla e a bancada também ampliaram sua participação, com três governadores eleitos seguidos e tendo, atualmente, oito deputados federais e quinze deputados estaduais, o que acaba por facilitar as coalizões na formulação e implementação de estratégias e políticas de governo.

3. 2 Determinantes econômicos

Nos primeiros séculos da colonização brasileira, Pernambuco foi uma das mais ricas capitâneas do país, graças principalmente a grande produção de açúcar, chegando a atingir o posto de maior produtor de açúcar no mundo. Sua capital tornou-se um dos primeiros polos irradiadores de cultura na colônia, tornando-se um centro dinâmico nos setores políticos, sociais e culturais. Contudo, com a saída dos holandeses e o aumento da concorrência internacional do açúcar, a economia pernambucana começou a entrar em declínio, sendo este acentuado com o início do ciclo do ouro que deslocou a sede da colônia para o Rio de Janeiro. Mesmo com o passar dos séculos, Pernambuco ainda não conseguiu se tornar uma economia central e continuou sendo um estado secundário nessas questões, apesar disso, conseguiu em determinados momentos da história como nos períodos dos anos 1907 a 1940, manter um grande equilíbrio econômico.

Na contemporaneidade, entretanto, os governadores que chegaram a gestão do Estado de Pernambuco tiveram dificuldades ao tentarem expandir sua economia, no geral, o período foi marcado por grandes oscilações econômicas, com ciclos de expansão e também de estagnação e retração. Foi com Eduardo Campos, que Pernambuco conseguiu uma maior relevância no cenário nacional, se tornando o estado do Nordeste que mais cresce economicamente e graças a sua estratégia econômica, atualmente, o Estado possui o décimo maior PIB do país, sendo destaque na produção industrial do Norte-Nordeste (refinaria Abreu e Lima, petroquímica Suape, estaleiro Atlântico Sul e Promar e etc.), nos polos médico e tecnológico (possuindo o maior parque tecnológico do Brasil) e no setor de turismo.

Devido ao alto investimento econômico, de 2008 a 2014, Pernambuco conseguiu superar a média nacional no que diz respeito ao PIB (IBGE, 2010), destaca-se o ano de 2009, no qual Pernambuco teve um PIB de 2,8%, enquanto a média nacional foi negativa (-0,2%). Em 2012, o estado teve uma participação histórica de 2,7% na economia brasileira com um PIB de R\$ 115,6 bilhões. No mesmo ano, o PIB pernambucano cresceu 2,2%, mais que o dobro da média nacional que atingiu 0,9%.

3.3 Determinantes sociais

É possível perceber, contudo, que esse relativo crescimento econômico não está em consonância com os indicadores sociais, os quais continuam a apresentar um

desenvolvimento de distribuição de renda extremamente desigual, contrapondo o discurso da gestão Eduardo Campos.

Em 2010, o índice de desenvolvimento humano (IDH) foi de 0,673%, o que representa uma taxa de crescimento de 23,71% em relação ao ano 2000, entretanto, o estado caiu da 15^o posição para a 19^o posição perdendo, ainda, o segundo lugar do Nordeste para o Ceará. É possível analisar, também, que a alta taxa no índice de Gini¹ do estado, apesar de ter caído de 0,66% em 2000, para 0,62% em 2010 (PNUD, 2013), ainda representa, um alto nível de desigualdade social. De acordo com os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2011), Pernambuco tem aproximadamente 1,37 milhão de sua população em situação de extrema pobreza, sendo ainda, o quarto estado do Nordeste nos indicadores de pobreza absoluta com 50,1%.

Além das questões apresentadas, no estado de Pernambuco, a cidade do Recife é onde se encontra o maior contingente de população em situação de rua. A última pesquisa feita pelo Instituto de Assistência Social e Cidadania em 2005, mostra que existem cerca 1.390 pessoas em situação de rua na cidade, sendo 940 homens (67,4%) e 450 mulheres (32,6%). A pesquisa revela ainda que a faixa etária que mais se encontra em situação de rua é a de crianças e adolescente (0 a 18 anos) com 502 pessoas. Com o intuito de acolher e garantir os direitos dessa população, programas como o Vida Nova e o Atitude foram implementados a fim de promover, principalmente, a ressocialização de seus usuários. Contudo é de se projetar aumento progressivo dessa população depois de 2007 e até 2014 tendo em vista os dados de pobreza, desocupação e de desemprego acima referidos e de certa forma concentrados na cidade de Recife.

4. O Programa Vida Nova

No período de 2001/2002 o Programa Vida Nova começou a ser desenhado e implementado na chamada Estação Futuro que, sob responsabilidade da cruzada de ação social, tinha como atenção prioritária à população em situação de rua, através de ações paliativas e temporárias. Com o fim da cruzada em 2003, a Estação passou a ser de

¹Este índice mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda domiciliar per capita de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda). O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

responsabilidade da antiga Secretaria de Planejamento e Assistência e, por deter poucos recursos passou a ter menos atuação.

Foi apenas em outubro de 2007², durante o primeiro mandato do governador Eduardo Campos, que através do decreto nº 30.874, foi implementado como materialização da política de Assistência Social, o Programa Pernambuco Acolhendo a População em Situação de Rua, sob responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ). Em setembro de 2013, com o intuito de ampliar os critérios de atendimento, altera-se o nome do programa o qual passa a ser intitulado como Programa Vida Nova - Pernambuco Acolhendo a População em Situação de Risco e Rua. A modificação do nome do programa ocorre na intenção de ampliar os critérios de atendimento, principalmente por que em inúmeros municípios a população de rua não é reconhecida ou lhe é atribuída responsabilidade pela situação vivida.

O programa tratado tem como público alvo crianças, adolescentes, jovens e adultos, principalmente aqueles em situação de risco e de rua que foram ou ainda se encontram inseridos em realidades que violem seus direitos por ocorrência de: violência (física, psicológica e/ou sexual); abuso ou exploração sexual; afastamento do convívio familiar; usuários de substâncias psicoativas; mendicância; tráfico de pessoas; trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça ou etnia; usuários que estão sob acolhimento institucional (abrigo).

Dentre os objetivos do programa, listam-se os principais como: promover a inclusão pessoal, familiar, comunitária e social desses jovens; ampliar o acesso da população em situação de risco e rua aos serviços ofertados pelas diversas políticas públicas e ao Sistema de Garantia de Direitos; articular a oferta de formação educacional, visando à ampliação da inserção qualificada no mundo do trabalho de forma compatível com seu desenvolvimento; promover espaço favorável à qualificação social, autonomia e a participação democrática dos jovens; potencializar habilidades e talentos, objetivando a ressignificação de sentido de vida e de pertencimento do indivíduo em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e/ou social.

O programa interage com outras duas ações: a política do Pacto pela Vida, sendo esta uma política pública de segurança que objetiva principalmente a prevenção de homicídios e a diminuição de crimes no Estado, e o programa Governo de Ações

² Ressalta-se que todas as informações presentes nesta seção foram extraídas do site oficial do governo, da normativa técnica do PVN de 2013 e da entrevista realizada com a coordenação do programa no dia 23.10.2017. Para mais informações, consultar as referências.

Integradas para a Cidadania, que visa à prevenção social da violência e a garantia da cidadania para a população. É válido ressaltar, que o marco inicial de todos esses projetos foi a formulação do Plano Estadual de Segurança Pública (PESP-PE), lançado em 2007, que conseguiu aprovar 138 projetos relacionados à prevenção da criminalidade.

O PVN conta, ainda, com serviços agregados especializados, como é o caso do Serviço Especializado em População de Rua (SEPOPRUA), que visa a redução do número de pessoas que se encontra em situação de risco, cadastrando os usuários nas Unidades de Atendimento do Programa Vida Nova da RMR e os encaminhando para a rede sócio assistencial.

É possível perceber que o Vida Nova nasce de um contexto no qual há uma preocupação em relação à questão e ampliação das pessoas em situação de vulnerabilidade social³, principalmente os jovens. Ao ser realizada a pesquisa pelo Instituto de Assistência Social e Cidadania (IASC) em 2005, viu-se a necessidade de construir um programa estruturado que fosse especializado no atendimento e acolhimento à população de rua no estado de Pernambuco. Segundo a coordenadora do programa a população de rua “é uma população que todo mundo sabe que ela existe, mas é invisível, tem um contexto de invisibilidade, ela só começa a perturbar quando se tem alguma coisa de vulto que vá acontecer, então essa população precisa ser escondida” (Corpus de entrevista realizada em 23.10.2017) percebe-se o contexto de invisibilidade que a população em situação de rua está inserida, no qual só passam a receber atenção do Estado quando se tornam um incômodo social e visual para o restante da população. O que se pode analisar é que, muito provavelmente, o foco não seja a população de rua em si, mas a preocupação com a “poluição visual desse segmento da população no urbano” do estado.

A justificativa do programa, parte da realidade social desigual e hierarquizada, originada pelos rebatimentos do sistema capitalista que para manter seu funcionamento equilibrado, acaba por descartar as pessoas que não tem a condição necessária para se inserir no mercado de trabalho proposto pelo sistema. Esse fator acaba por ser determinante na vida dos indivíduos considerados “irrelevantes” produtivamente ao capital, os jogando para uma posição de vulnerabilidade e risco social, e até mesmo em situação de rua. É nesse contexto que o Programa surge como o único no Estado de

³ Para Carneiro e Veiga (2004) a vulnerabilidade seria a exposição a riscos e a incapacidade material, simbólica e comportamental dos indivíduos para enfrentar e superar essas condições.

Pernambuco a concretizar serviços de média e alta complexidade voltados para a população em situação de rua.

5. Impactos econômicos, sociais e políticos do Programa Vida Nova

Inicialmente é válido destacar que, por ser destinado a pessoas em vulnerabilidade e risco social, em especial aqueles que se encontram em situação de rua, o PVN atende a um público volante, ou seja, de rápida rotação dentro do programa. Esse fator, contribuiu para que alguns usuários dos anos de 2007 a 2014 do programa não fossem encontrados, por não possuírem endereço fixo ou algum telefone para contato.

O universo escolhido abarcou os usuários em situação de rua e vulnerabilidade social que estiveram, ou ainda estão, no programa desde 2007 até 2014. O programa contém atualmente, 100 usuários e dentro desses, apenas 07 usuários se encaixaram nos critérios propostos, sendo dois deles funcionários do Centro da Juventude atualmente. Apesar de um número de casos relativamente pequeno, ressalta-se que as entrevistas realizadas foram satisfatórias no que diz respeito a obtenção dos dados.

Após a realização das entrevistas foi possível inferir que apesar de haver características abrangentes, o perfil predominante dos usuários do Programa Vida Nova que foram ou ainda estão no programa no período de 2007 a 2014 é de homens negros, com idade média de 29 anos e ensino fundamental incompleto. Esse perfil corrobora e sinaliza a necessidade de reflexões acerca da questão racial, bem como a tendência das pesquisas que perpetua uma posição social desfavorecida às pessoas negras.

Partindo dessa realidade é possível, ainda, observar alguns impactos imediatos. Um dos principais objetivos do Programa Vida Nova é iniciar um processo de redução de danos no que tange o consumo de drogas dos seus usuários e que tem como finalidade, a sobriedade total dos mesmos. Dentre os 07 usuários entrevistados, 04 deixaram de consumir drogas e se encontram sóbrios num período que se estende de 6 meses a 2 anos, correspondendo a um total de 57,14% dos entrevistados, representando portanto, um grau de êxito elevado em um dos objetivos propostos pelo PVN.

Ressalta-se que todos usuários relataram, a partir de suas experiências, que tiveram problemas familiares antes de entrar no programa e conseguiram, através de um auxílio psicossocial e de orientação aos familiares, fortalecer os vínculos dentro dessa relação. Aspecto que se apresenta como relevante quando se trata de população em

situação de risco e de rua, que na maioria das vezes recorre a essa alternativa por problemas familiares.

Além disso, no que diz respeito às condições de moradia dos usuários, ressalta-se que todos os 07 entrevistados chegaram ao programa na condição de moradores em situação de rua, sendo que 05 deles conseguiram sair dessa realidade e 04 já gozam da materialização de ter sua casa própria. Destaca-se, entretanto, que os outros dois usuários ainda se encontram em situação de rua, mesmo estando no programa desde 2012.

No que diz respeito aos impactos econômicos, 02 usuários foram contratados pelo próprio Centro da Juventude na função de monitor temporário e oficinairo efetivo, o que além de acrescer na renda de ambos com salários de R\$ 1.075,00 e R\$ 1.400,00, respectivamente, proporciona uma inspiração positiva para os usuários que se encontram no programa atualmente. Além disso, os usuários inseridos no programa recebem uma bolsa no valor de R\$ 100,00 que funciona, na maioria dos casos, para manutenção e sobrevivência dos mesmos. Ressalta-se que um outro usuário finalizou os cursos de informática básica e gestão de pessoas no Senai, sendo encaminhado pelo próprio Programa Vida Nova.

Apesar de impactos positivos no que tange as questões sociais e econômicas, o aspecto político do programa se encontra ainda pouco estruturado e com pouco grau de sucesso, não tendo nenhum impacto relevante no que tange a formar politicamente o usuário em questão, transformando-o em um sujeito consciente de seus direitos e deveres, seja dentro do programa ou como cidadão em sua sociedade.

6. Considerações Finais

Ressalta-se, inicialmente, que a gestão do então governador Eduardo Campos optou por direcionar e alocar os investimentos e recursos no setor econômico, em detrimento do social, especialmente nos mega projetos e nas grandes empresas privadas. Contudo, apesar de um relevante desempenho no ciclo expansionista do Estado, a Questão Social permanece explicitada na realidade social da população pernambucana, sendo necessário uma coalização de forças do governo, tanto no desenvolvimento/implementação dos programas e projetos sociais, quanto na avaliação dos próprios indicadores sociais que torna visível a necessidade imperativa do Estado em empreender ações que tornem a realidade dos cidadãos menos desigual.

Em se tratando especificamente do Programa Vida Nova, observa-se que o mesmo foi gestado e se materializou após uma alta e complexa demanda de seu público alvo, a população em situação de rua. A proposta de sua retirada das ruas do/pelo Estado prevaleceu como estratégia de enfrentamento, ao menos em seu discurso, dessa expressão da Questão Social, enquanto simultaneamente, garantiu as condições para atender aos interesses do grande capital, principalmente dos empresários do setor da construção civil que idealizavam uma maior higienização do seu futuro local de investimento⁴.

Foi apreendido que o Programa Vida Nova nasceu como uma resposta pública as situações de vulnerabilidade social de uma parcela fundamental da população com a intenção de consumir e se apoiar nas diretrizes propostas na Política Nacional de Assistência Social e na Lei Orgânica de Assistência Social, visando assegurar os mínimos sociais para que seja possível uma pseudo universalização dos direitos. O programa pretendeu, ainda, contribuir com a inclusão e a proteção social dessa parcela fragilizada da população, além de procurar promover a equidade em relação a sociedade.

É possível perceber, portanto, a importância da existência do Programa Vida Nova na manutenção das condições de vida de seus usuários. A partir dos dados obtidos nas entrevistas, compreende-se que o programa funciona como a principal e, na maioria dos casos, como a única fonte de renda dos usuários, ou seja, sem o suporte financeiro alocado pelo bolsa do programa e o acolhimento social do mesmo, os usuários possivelmente retornariam para as suas condições anteriores. Portanto, o Vida Nova mostra-se efetivo em muitos dos seus objetivos propostos, resultando em impactos expressivos na vida de seus usuários.

É válido ressaltar a necessidade e importância de existir um programa como o Vida Nova face à problemática construída nas teias das relações sociais e de produção, também por percebê-lo como pioneiro no estado e um dos poucos do país, que tem a atenção voltada para a população em situação de rua, afinal a realidade social vivenciada por esta população responsabiliza os gestores e sua presença pressiona por uma política pública que funcione como o alicerce de um novo projeto de vida, por mínimo que seja. É possível afirmar, que por mais simples e básica que seja a política ou o programa, sem

⁴ É possível exemplificar essa afirmativa ao analisar que durante a gestão Eduardo Campos, o setor da construção civil foi uma das forças motriz na economia de Pernambuco, tendo participação de 9,4% do PIB no estado em 2013. Tendo em vista essa perspectiva, percebe-se que ao tirar ou “higienizar” as ruas nas quais se encontravam a população de rua, o governo pretendia limpar o campo para atrair e facilitar a entrada de investimentos privados no setor da construção civil.

ela o seu público-alvo não sairia da invisibilidade, e dificilmente poderia a passos lentos e insuficientes usufruir de direitos sociais.

Referências

ARCOVERDE, A. C. B. Serviço social e questão social na globalização. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 102-124, 2008. Disponível em: <<https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/6/71>>. Acesso em: 15 jan 2018.

ARCOVERDE, A. C. B. **Avaliação dos impactos sociais, econômicos e políticos dos programas de enfrentamento à Questão Social em Pernambuco**. Recife: UFPE, 2015.

BARREIRA, M. C. R. N. **Avaliação participativa de programas sociais**. São Paulo: Veras, 2000.

CARNEIRO, C. B. L.; VEIGA, L. **O conceito de inclusão, dimensões e indicadores**. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Coordenação da Política Social, jun. 2004. (Pensar BH – Política Social, 2.)

CHAVES, H. L. A. Avaliação e políticas públicas: Entre a estratégia governamental e a agenda do capitalismo contemporâneo. In: ARCOVERDE, A. C. B. (Org.). **Avaliação de políticas públicas em múltiplos olhares e diferentes práxis**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2014.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012. Disponível em: <<http://politicaedireito.org/br/wp-content/uploads/2017/02/Os-donos-do-poder-Formacao-do-Raymundo-Faoro.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Programa Vida Nova. Disponível em: <<http://www.sedsdh.pe.gov.br/web/sedsdh/vida-nova>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Secretaria de Planejamento e Gestão. Disponível em: <<http://www.seplag.pe.gov.br/web/tppe/todos-por-pe-programas-de-governo>>. Acesso em: 24 de outubro de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>>. Acesso em: 12 set. 2017.

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA. **População em situação de rua na cidade do Recife - censo e análise qualitativa**. Recife: IASC, 2005. Disponível em: <<https://www.recife.pe.gov.br/pr/secsocial/populacaorua.php>>. Acesso em: 17 out. 2017.

ROCHE, C. **Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs: Aprendendo a valorizar as mudanças**. 2 ed. São Paulo: Cortez/ABONG, 2002.

SILVA, M. O. da S. Execução e avaliação de políticas e programas sociais. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais**. Módulo 04. Brasília, CFESS, ABEPSS, CEAD/NED-UNB, 2000.

SILVA, M. O. da S. e (Org.). Avaliação de políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico metodológico da pesquisa avaliativa. In: ____ **Pesquisa avaliativa, aspectos teórico - metodológicos**. São Paulo: Veras Editora, 2001. (Núcleo de Pesquisa, 6). Ed. Veras, SP, 2008.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO. Resultado das eleições anteriores. Disponível em: <<http://www.tre-pe.jus.br/eleicoes/eleicoes-antecedentes/eleicoes-antecedentes>>. Acesso em: 4 set. 2017.

Anais do 7º Encontro Internacional de Política social e 14º Encontro Nacional de Política Social ISSN 2175-098X